

Comunicação e Conflito na Era Digital

Joám Evans Pim

Instituto Galego de Estudos de Segurança Internacional e da Paz, IGESIP.

Resumo

Hoje a Internet consolidou-se como campo predilecto para a comunicação e para os fluxos de informação internacionais. Em tempo de conflito armado, tanto os agentes dos meios de comunicação como os militares e os governos, estão conscientes disso, convertendo-se a “rede” num campo de batalha virtual na conquista da opinião pública mundial.

Nesta comunicação, pretende-se examinar como a Internet é utilizada pelos actores implicados nos conflitos internacionais (militares, governos, meios de comunicação, partidos políticos e ONG's, entre outros), para conseguir os seus fins, tendo em conta a nova natureza da guerra e o papel que se espera dos cidadãos nas democracias ocidentais.

Abstract

Today the Internet has reinforced itself as the preferential field for international communication and information flows. In time of armed conflict, the agents of the media, the military and governments are specially conscious about this, transforming the Web into a virtual battlefield for the conquest of world public opinion.

In this paper we will try to examine how the Internet is used by the actors of international conflicts (military, governments, media, political parties and NGO's) to achieve their aims, considering the new nature of war and the roll expected from citizens in the western democracies.

“The bottom line is that the Internet now directly involves American journalists – and citizens – as never before in the activities and operations of its armed forces, in peace and war.”

Edward Offley

1. Introdução

Dias antes de começar a última ofensiva contra o Iraque, as palavras «guerra» e «Iraque» destronaram, pela primeira vez em bastante tempo, outras mais populares como «sexo» ou «Britney Spears» nos motores de busca comerciais da Internet.

Esta crise internacional fez com que os internautas, durante o período no qual durou o conflito, utilizassem a rede não tanto como um instrumento de diversão, mas como uma fonte de informação e, em alguns casos, também de mobilização. Segundo revelou um estudo do motor de busca “Yahoo!” realizado com uma mostra dos Estados Unidos, a palavra mais procurada foi «Iraque», seguida de «NCAA Basketball»¹.

Nuno Mira Vaz, do Instituto da Defesa Nacional português, considera os meios de comunicação como um factor absolutamente decisivo na conformação das ideias que o cidadão comum possui sobre os cenários de conflagração, uma vez que estes – especialmente a televisão, mas também os novos meios como a Internet – apresentam o campo de batalha à opinião pública, ilustrando os comportamentos dos diversos interventores².

A nova natureza da guerra, como assinalam Young e Jesser, libertou o cidadão das obrigações existentes nas guerras do passado³. A população, melhor formada e mais crítica, espera, como um direito, ter acesso à informação de qualquer tema da actualidade, acostumando-se (isso quando já não se faz adepta) a receber um fluxo constante e imediato de notícias procedentes de um espectro mediático cada vez mais internacionalizado, mas não livre de perigos. Como expõe o Tenente Coronel Juan Andrés Toledano:

1 IV Curso de Estado Mayor 2002-2003: «Estudio preliminar da operação: Libertad para Irak». Madrid: Ministerio de Defensa, Secretaria General Técnica, 2003, p. 229.

2 Mira Vaz, Nuno: «Reflexões sobre o Campo de Batalha no Século XXI», Nação e Defesa (Lisboa), 107 / Primavera 2004, 2ª Série. Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, p. 100.

3 Peter Young; Peeter Jesser: «The Media and the Military from the Crimeia to Desert Strike». New York: St. Martin’s Press, 1997, p. 17.

“Los medios de comunicación desempeñan ahora un papel decisivo en la formación de una comunidad imaginaria, tanto en el plano nacional como en el mundial, un mito por el que millones de seres distintos encuentran su identidad común en un “nosotros” y nos sirven una dieta informativa que se legitima en “nuestra” necesidad de saber, aunque, de hecho, lo único que nos muestran es lo que cabe en los límites visuales y cronológicos del género. En ese círculo vicioso, los informativos se convalidan como un sistema de autoridad, una institución nacional con el poder de proporcionar a la nación una identidad y de tomarle el pulso a diario⁴”.

A Internet emergiu como um actor decisivo na hora de cobrir esta necessidade de informação, proporcionando uma diversificação (tanto nas fontes como nos suportes) que dificilmente outros meios poderiam cobrir. Os diversos actores que intervêm nos conflitos armados estão conscientes disto, e cada vez destinam mais recursos para atingir os seus pontos de vista.

As partes envolvidas nestes conflitos (não somente militares e governos, mas também ONG's e outros organismos) tentam às vezes aproveitar as vantagens deste meio para chegar directamente à opinião pública. No entanto, os meios de comunicação social têm sabido responder, criando os seus próprios portais de informação e elaborando produtos competitivos.

São estes problemas, assim como os conflitos e problemáticas que deles emanam, o objecto de estudo deste artigo.

2. A guerra na Era Digital

Clausewitz definiu a guerra como “um acto de violência com a função de obrigar o adversário a realizar os nossos desejos”⁵. Esta definição apresenta a guerra como um prolongamento da política, uma vez que a diplomacia tenha fracassado. Na Escola Realista, a guerra é um instrumento racional da política do Estado. Racional em termos económicos, instrumental no sentido de consecução de um objectivo determi-

4 Juan Andrés Toledano Manchego: «Michael Ignatieff. La creación de un nuevo universo moral a través de los medios de comunicación social». In «Cuadernos de Estrategia: Seguridad y defensa en los medios de comunicación social» [Instituto Español de Estudios Estratégicos]. Madrid: Ministerio de Defensa, Secretaría General Técnica, 2003, p. 113.

5 Karl von Clausewitz: «Vom Kriege (On War)». Hertfordshire: Wordsworth Editions, 1997, p. 6.

nado, e nacional no sentido em que o objectivo seja benéfico para a consolidação do Estado Nacional e de modo que a totalidade dos recursos do Estado seja mobilizada para sua consecução⁶. A vontade de fazer a guerra é, assim, uma vontade política. A decisão de entrar nesta condição excepcional, na qual a vontade política se realiza, é uma decisão política em sua forma primaria: é a decisão política definitiva⁷.

É obvio que a natureza da guerra mudou radicalmente desde os tempos de Clausewitz até os dias actuais. Hoje são maioritários os chamados “conflitos de baixa intensidade”, conceito desenvolvido nos Estados Unidos nos anos ’70, para descrever um novo estilo de actividade político-militar por debaixo da guerra convencional moderna⁸.

Hoje, a aplicação da “força adequada” é um conceito que contraria a clausewitziana “Lei da ascensão aos extremos”, que necessita de ajustes profundos, sobretudo no que se refere às formas como os políticos e militares têm encarado até agora os seus respectivos papéis em relação ao campo de batalha (Mira Vaz, 2004, 104). As “actualizações” não param por aí. Federico Montanari afirma que “é a comunicação mesma a que pode converter-se em continuação da guerra por outros meios”, de modo que,

“Hoy es la política la que pasa a ser una prolongación de las distintas formas de conflicto, pero atención: no es cierto que el conflicto se haga hoy presente en la política; lo que se da es más bien una continua reversibilidad entre política y guerra, entre guerra y política convertida en comunicación⁹”.

De todas as formas, não se pode esperar dos conflitos de carácter limitado a geração (espontânea) do tipo de apoio universal existente durante as guerras clássicas do passado. A legitimidade de uma acção determinada pode ser questionada abertamente, convertendo-se numa decisão do indivíduo o apoiar ou não o seu governo. Trata-se apenas de uma eleição intelectual sem os imperativos que impunha a salvaguarda dos próprios interesses nas guerras de sobrevivência do passado.

6 Rogério Castro e Silva: «Estratégia». Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1972, p. 11.

7 Friedrich August von der Heydte: «Modern Irregular Warfare in Defence Policy and as a military phenomenon». New York: New Benjamin Franklin House, 1986, p. 7.

8 Os conflitos de baixa intensidade consistem numa variedade de situações que vão desde as operações para manter a paz e demonstrações de força até operações militares convencionais com objectivos limitados ou de curta duração. Estes conflitos, em princípio, devem ser localizados geograficamente ainda que tenham implicações regionais ou globais. Costumam ter duração limitada e utilizam, além dos meios militares, meios políticos, económicos e os media.

9 Federico Montanari: «Guerra y Comunicación», Revista de Occidente (Madrid), 232 (2000), 46-59, p. 47.

O resultado, como sucedeu no Vietname e na última invasão do Iraque, é a existência de oposição aos conflitos por um segmento mais ou menos representativo da população. Esta oposição, e a cobertura mediática que atrai, pode ser suficiente para constituir uma recusa do mandato de governo inerente ao contrato social, ameaçando assim a sua base de legitimidade (Young; Jesser, 1997, 10).

Os pressupostos de submissão da população em tempo de guerra têm sido questionados pelos que John Rawls chama “objetos de consciência”¹⁰. Rawls apoia-se numa forma do contrato social na qual o cidadão está isento de obrigações políticas, somente tendo deveres naturais baseados num conceito individual do justo. Aqui se incluem princípios como a igualdade das nações, o direito à autodeterminação, direito à autodefesa no caso de ataques externos, o dever de observar os tratados, de não utilizar a violência de forma desproporcionada em tempo de guerra e a exclusão de ganâncias económicas, expansão territorial ou glória nacional como motivos justificativos de uma conflagração.

Segundo isto, o cidadão pode apelar ao princípio de justiça para argumentar a sua negação, por motivos de consciência, a participar no que entende como uma guerra injusta (Parekh, 1982, 174).

Ainda assim, e com a exceção de Rawls, o pensamento político predominante nas democracias ocidentais continua sendo o de que os cidadãos e os meios de comunicação devem empatizar com o Estado em tempo de guerra ou conflito, na defesa de supostos interesses comuns de segurança e sobrevivência.

Segundo Young e Jesser, esta é uma atitude ultrapassada na qual as democracias liberais têm caído ao longo do século XX (e ainda no século XXI) cada vez que comprometeram as suas forças armadas num conflito bélico (Young; Jesser, 1997, 12).

A atitude militar de impor uma censura prévia à transmissão ou publicação de informação sobre disposições táticas ou estratégicas, inteligência militar, baixas, reforços, logística, armamento, pontos fracos, etc. resulta compreensível, mas continua apoiando-se nas teorias anteriormente descritas, que se revelam superadas quando se encontra ante um conflito limitado ao qual se pode opor grande parte da opinião pública. A este problema se soma o facto de que em tempos de conflitos limitados, as liberdades (como a de viajar, comunicar ou receber informações através de periódicos ou transmissões de rádio, televisão ou Internet) não podem ser suprimidas pelos problemas técnicos e políticos que implicariam. A difusão global de informação é praticamente ininterrupta ante um público “armado” com as últimas tecnologias em comunicações e ansioso por conhecer mais sobre os acontecimentos que os rodeiam.

10 B. Parekh: «Contemporary Political Thinkers». Oxford: Martins Robertson, 1982, p. 172-4.

3. Quando os militares (re)descobriram a Internet

É bem sabido que as origens da Internet residem no exército dos EUA, que desenvolveu esta rede visando a sua utilização com fins militares¹¹. Hoje, quando o número de utilizadores se contabiliza próximo dos 500 milhões em todo o mundo, e se espera um crescimento de até 850 milhões para o ano de 2005 e 1,8 bilhões para o ano de 2010, os militares começaram a descobrir outras finalidades para o seu invento, desta vez para lutar por esse “objectivo tático” chamado opinião pública.

Apesar da instabilidade política global, resultante do “11 de Setembro” e as subsequentes operações militares, o papel da tecnologia da informação e da Internet na difusão de notícias sobre temas militares em formato multimedia (texto, fotografia, gráficos, vídeo, etc.) acelerou consideravelmente, como era de esperar, ainda que não se possa considerar esta tendência como nova. Desde aquela data, no entanto, os organismos de defesa têm revisto as suas páginas na rede, tentando eliminar qualquer informação considerada delicada¹².

Sem sair desse ano chave, podemos recorrer ao caso da colisão aérea entre o avião de reconhecimento da Armada dos EUA do tipo EP-3 e de um caça F-8 chinês (1 de Abril de 2001) para exemplificar o uso que fazem os governos, neste caso os de Washington e Pequim, das tecnologias da informação em geral, e Internet em particular, para disseminar os seus pontos de vista, dando início a uma intensa cobertura mediática mundial. No momento do incidente, a posição adoptada por cada um dos governos era radicalmente distinta. Enquanto os chineses insistiam em que a culpa era da tripulação do EP-3, o Pentágono (que escondeu muitos detalhes até a libertação dos pilotos) manteve que a colisão havia sido causada pelo piloto chinês, que havia falecido depois de colidir seu avião com um dos motores do EP-3¹³.

O que surpreende neste acontecimento é o facto de como a informação de ambas as partes foi rapidamente posta à disposição da imprensa mundial. Anos atrás, um aconte-

11 Ainda que a história da invenção da Internet seja mais complexa, oficialmente, a sua origem reside num programa da Advanced Research Projects Agency (ARPA), do departamento americano de Defesa, com o que se pretendia desenhar uma rede de comunicações resistente a um ataque nuclear e à falha de qualquer das suas partes, pois ao não existir nenhum controlo central, cada unidade teria autonomia. Para mais informações, ver Sahagún, 1998, p. 327-332.

12 É o caso da Armada dos Estados Unidos que suprimiu a informação sobre a posição dos seus navios de guerra num nível global.

13 Edward Offley: «Pen & Sword: A Journalist's Guide to Covering the Military». Illinois: Marion Street Press, 2001, 195.

cimento similar teria sido, senão impossível, desde logo muito complicado de noticiar¹⁴, tendo em conta a localização remota onde sucederam os factos, a rapidez do evento¹⁵ e a cortina de secretismo que havia coberto as questões militares durante a Guerra Fria.

Contudo, devido à revolução na tecnologia da informação dos últimos anos (especialmente o crescimento da Internet, a comercialização dos serviços de fotografia, a transmissão digital via-satélite, etc.), as notícias deste incidente disseminaram-se velozmente pelos meios de comunicação ao redor do globo, incluindo os meios chineses. Ainda que as restrições nas informações fossem consideráveis, não tinham nem comparação com as exercidas há tão somente uma década atrás.

O papel das novas tecnologias foi crucial no desenvolvimento deste acontecimento. Tanto o uso de páginas *web* e portais pelos governos implicados para difundir informação, como a publicação de fotografias de satélites civis, o uso da videoconferência pela CNN (cobrindo ao vivo a libertação dos pilotos americanos) e a fusão de vídeo, áudio e texto (em autênticas apresentações multimedia) por parte de periódicos digitais e portais de meios de comunicação na rede, foram cruciais. Poucas horas depois da colisão, o Pentágono lançava uma página monográfica sobre o incidente e os esforços para libertar os prisioneiros (www.defencelink.mil) enquanto o comando americano no Pacífico fazia o mesmo (www.pacom.mil).

Este último organismo, no mesmo dia, criou também uma página na qual se ofereciam os comunicados de imprensa e fotografias digitais, entre outros dados¹⁶. Assim mesmo, criaram-se ligações às informações e comunicados vinculados ao tema que apareciam nas páginas dos Departamentos de Estado e de Defesa ou da Casa Branca. No total, entre o início do incidente até a devolução do avião à sua base, três meses depois, apareceram mais de 65 peças de informação na página sobre o EP-3 (Offley, 2001, 197).

Por sua vez, o governo de Pequim utilizou as páginas *web* governamentais para publicar comunicados de imprensa e artigos, mostrando a sua visão do incidente (condenando também uma suposta incursão de agentes americanos no seu território). O Pentágono e a Armada também estavam satisfeitos com o modo como

14 Deve-se pensar no derrube, pela União Soviética, do voo 007 das Linhas Aéreas Coreanas ou dos sucessivos encontros navais entre as frotas soviética e americana.

15 Entre o momento da colisão e a aterragem de emergência do EP-3 na base aérea chinesa da Ilha de Hainan passaram apenas 20 minutos.

16 Sirva como exemplo a difusão pelo Pentágono (em 13 de Abril) de um vídeo digital em que se mostrava um encontro anterior (de 24 de Janeiro) entre um caça chinês e outro EP-3, e se apreciava uma atitude agressiva e temerária por parte do piloto chinês.

a Internet lhes permitiu manter “informados” os jornalistas durante os 11 dias que durou a crise.

No entanto, a utilização da rede para disseminar informação sobre eventos concretos não era novidade para eles. Meses antes, a Armada daquele país havia criado uma página específica para dar informação sobre o caso do pescador chinês *Ehime Maru*, naufragado depois de colidir com um submarino americano, e sobre a acção armada irregular contra o navio de guerra *USS Cole*, afundado no Iémen, em finais de 2000.

A oposição da opinião pública contra os exercícios militares da ilha porto-riquenha de Vieques e o escândalo, difundido pela agência de notícias AP, em finais de 1999, sobre massacres de civis sul-coreanos por tropas americanas, foram respondidos pelos militares utilizando páginas *web* monográficas que permitiam uma rápida difusão dos seus pontos de vista. Ainda assim, e como comenta o investigador em temas de defesa William Arkin,

“the Internet is an electronic embarrassment of riches and a truly revolutionary change in the way information flows in our society. Yet as a research tool, the Internet is not everything. It is not comprehensive, not very historical, and it is by no means selective. What is on-line is there because someone has placed it there, not because it has been published or because it is deemed important by the academic expert world. Good and bad information therefore reside comfortably together, and what is on-line is hardly a comprehensive reflection of what there is¹⁷.”

Além da presença do que uns podem considerar perigos e outros vantagens, é obvio que a Internet revolucionou o jornalismo de guerra, já que o acesso a certas informações e dados teria sido praticamente impossível por outras vias. Não é por pura coincidência que, nos Estados Unidos, o domínio *.mil* é dos que mais rapidamente cresce em proporção com os conteúdos, já que, desde o Pentágono, utiliza-se extensamente a Internet, tanto para as comunicações externas, como para as internas (Offley, 2001, 205).

Um exemplo ilustrativo de como os jornalistas podem recorrer às páginas de organizações militares é o que Edward Offley descreve (sendo protagonista) no marco da ofensiva de mísseis ordenada pela administração Clinton contra supostas bases da

17 William M. Arkin: «National Security Research on the Internet». Baltimore: Center for Strategic Education, The Johns Hopkins University, 2000.

al-Qaeda no Afeganistão e no Sudão (Agosto de 1998) como resposta aos atentados contra várias das suas embaixadas em África.

Apesar do silêncio informativo imposto pelo Pentágono, este autor afirma que, em somente 5 minutos, por meio de dados não-confidenciais, contidos nas páginas de acesso público do Pentágono, conseguiu averiguar exactamente que navios de guerra estavam a lançar os *Tomahawk* ¹⁸.

4. Da rede às ruas: a Internet como instrumento de mobilização

As mobilizações contra a invasão do Iraque mostram, em parte, as capacidades da Internet como instrumento de organização política e social. Nesta ocasião, houve um rol nuclear na difusão da mensagem antibélica, que motivou e mobilizou a população, servindo, além disso, para comunicar dados como horários e meios para chegar às distintas convocatórias. Páginas como <www.antelaguerraactua.com> e <www.nodo50.org/paremoslaguerra/>, no Estado espanhol, ou <www.notinourname.net> e <www.truemajority.com> em outros lugares do mundo, canalizaram os protestos, substituindo os panfletos de uma década atrás¹⁹.

Por sua vez, tanto governos como partidos políticos utilizaram este meio para lançar as suas posições. Os primeiros informavam sobre a sua postura no conflito do ponto de vista institucional, enquanto os segundos argumentavam as suas razões para se oporem ou apoiar a postura dos primeiros.

Também os militares, como se viu noutros exemplos no item anterior, utilizaram a rede para proporcionar dados sobre os resultados das acções armadas, o armamento utilizado e outras questões não consideradas críticas para a segurança das operações.

18 A informação que proporcionavam as páginas, indicava que havia somente dois grupos de navios na zona do Golfo Pérsico imediatamente antes do ataque: o USS Abraham Lincoln e outros navios de guerra menores destinados à Força Naval do Médio Oriente (METF). Assim como a maioria dos grandes navios de guerra, o Abraham Lincoln tinha já naquele momento uma página web para informar a tripulação, seus familiares e o público em geral sobre as suas actividades, incluindo, além disso, informação sobre os demais barcos do grupo de combate e, inclusive, biografias dos comandantes. A página continha também referências exactas sobre a posição do navio dia a dia. As coordenadas precisas foram omitidas abruptamente durante as operações, mas indicava-se que o navio continuava no Golfo. Conhecendo-se as características técnicas dos navios de guerra que acompanhavam o Lincoln (informação pública também disponível na rede) pode-se deduzir quais estavam armados com mísseis Tomahawk... Eureka! (Offley, 2001, 207-208).

19 IV Curso de Estado Mayor 2002-2003: «Estudio preliminar da operação: Libertad para Irak». Madrid: Ministerio de Defensa, Secretaria General Técnica, 2003, p. 232.

As forças policiais também recorrem à rede para recolher informação sobre as diferentes organizações e sobre as mobilizações previstas, com a intenção de prever possíveis alterações da ordem pública.

Além de diversos movimentos populares e organizações internacionais, as ONG's também utilizaram a rede para obter fundos ou voluntários e informar os cibernautas sobre os seus pontos de vista sobre o conflito. E que sirva como exemplo o já mencionado portal <www.antelaguerraactua.org>, posto em prática conjuntamente pelos Médicos Sem Fronteiras, *Greenpeace*, Intermon-Oxfam, Amnistia Internacional entre outros organismos para “ser ponto de informação e espaço de participação e mobilização cidadã”, como afirmavam no seu comunicado. Dentro de Nodo 50, que agrupa mais de meio milhão de organizações, também se criou uma plataforma virtual (“Paremos a guerra”) na qual se difundiam convocatórias, comunicados e artigos contra a guerra.

Noutros países, em particular nos EUA, criaram-se páginas cujo objectivo era precisamente o de apoiar a intervenção no Iraque onde, ao contrário das acima mencionadas, se elencavam razões para levar a cabo a invasão. É o caso de “Patriotas pela Defesa da América”, “Estudantes pela Guerra” ou o portal “Give War a Chance”.

Mas a internet, apesar das possibilidades que oferece não está livre de censura ou de ataques. Nos EUA algumas páginas foram desligadas pelos seus servidores ao difundir fotografias de soldados capturados e, em Israel, a directora de censura Rachel Dolev enviou cartas às redacções de vários meios de comunicação digitais instruindo os editores a não publicar informações confidenciais sobre a guerra ou a posição israelita²⁰.

Antes e durante a guerra também se estenderam os chamados “bombardeios electrónicos” através do correio e outros tipos de “ciberataques”, perpetrados por activistas contrários ou partidários do conflito contra as páginas *web* dos que consideravam seus oponentes.

O já citado estudo do Curso de Estado Maior assinala que, durante a primeira semana do conflito armado se registraram até 30.000 alterações em páginas *web*. Sirva como exemplo Al-Jazeera (<www.aljazeera.net>) que, ainda que tenha conseguido restaurar a versão árabe em poucos dias, permaneceu com a página inglesa desactivada durante muito mais tempo.

Apesar de todas estas dificuldades, às quais se deve acrescentar a difusão de curiosos vírus que portavam lemas a favor ou contra a guerra, a internet serviu como meio eficaz

20 IV Curso de Estado Mayor 2002-2003: «Estudio preliminar da operação: Libertad para Irak». Madrid: Ministerio de Defensa, Secretaria General Técnica, 2003, p. 234.

para que os cidadãos buscassem as suas próprias fontes de informação. A rede permite acesso imediato não só a meios de comunicação digitais de todo o mundo (com a consequente variedade de discursos e pontos de vista), mas a informações (e desinformações) oferecidas pelos próprios actores do conflito e às organizações interessadas em difundir uma ou outra posição²¹.

5. *Warblogs*, jornalismo digital e informação de guerra

A impossibilidade da observação directa dos conflitos, o controle da informação por autoridades militares, as contradições entre os distintos porta-vozes e os argumentos pouco firmes da Guerra do Iraque foram alguns dos motivos que levaram os cidadãos a desconfiar das notícias transmitidas pelos meios de comunicação convencionais. Desta forma, a falta de informação confiável, o seu próprio questionamento e o aumento do número de meios fez com que os géneros de divulgação de notícias se expandissem rapidamente (Machado; Pereira, 2003).

Neste contexto, surgem com força os chamados *weblogs*, ou simplesmente *blogs*, como uma Ágora virtual para desenvolver debates, protestos, crítica e polémicas. Este fenómeno, que leva já alguns anos em expansão, representa uma quebra nos paradigmas do jornalismo e, mais importante ainda, tem influenciado o modo como o jornalismo é praticado.

Como explica Raquel da Cunha Recuero (2003), “esta influência se tornou muito mais clara a partir do início da guerra no Iraque, com o aparecimento na mídia e no ciberespaço dos *warblogs*. Esses *weblogs* têm como foco central a questão da Guerra, sob as suas mais diversas formas”. Recuero (2003) destaca o facto de que estas páginas, de fácil construção ao seguir modelos “pré-programados”, são escritas na maioria das ocasiões por pessoas que não são jornalistas, ainda que as suas características possam avaliar-se através de outros elementos.

O primeiro destes elementos seria o da personalização da informação. Trata-se de discursos pessoais em que alguém aporta a sua visão sobre um determinado evento,

21 Salvador Gómez García; Julio Montero Díaz: «A Guerra de Irak en el horizonte: cambios en la red para los usuarios de a pie». In: VI Congreso da Asociación de Historiadores da Comunicación: Comunicación y Guerra en la Historia - Abstracts. Pontevedra: Faculdade de Ciências Sociais e da Comunicação da Universidade de Vigo, 2003, p. 3.

sem pretensões de emitir uma informação “neutra”. Neste sentido, o *blog* alcança uma dimensão a que o jornalismo digital (*on-line*) às vezes não consegue chegar, apesar dos pressupostos de “customização” ou de personalização ao utilizador dos produtos jornalísticos disponíveis na rede. A personalização da informação nos *warblogs* (e *weblogs* em geral) passa pela inclusão de aspectos da personalidade ou da visão do autor, aproximando-se do género opinativo.

Relacionada com isto está a possibilidade de interacção, de modo que os leitores possam interferir directamente naquilo que é publicado. Certo é que a interactividade é uma característica intrínseca da Internet, pelo que seria um atributo comum ao jornalismo digital e aos *blogs*; mas poderia-se afirmar que estes últimos incorporam esta característica de forma mais patente que os periódicos, que parecem ainda re-crear permitir o desenvolvimento de uma interacção directa entre os seus jornalistas com os seus leitores e outros jornalistas (Recuero, 2003). Os *warblogs* convertem-se, assim, num espaço de discussão sobre a informação relacionada com a guerra, que permite não somente o debate entre o leitor e “jornalista-blogger” mas entre os leitores.

A interactividade e a componente multimedia da rede possibilitam outra característica essencial dos *warblogs*: a contextualização da informação. Em muitas páginas deste tipo a função principal é a de buscar, compilar e publicar notícias, com ou sem comentários, incluindo um *link* directo às fontes (que podem ser notícias anteriores que permanecem armazenadas na memória virtual da rede), o que proporciona uma contextualização valiosa.

Trata-se de uma vertente acrescida ao exposto no item anterior, em referência às maiores possibilidades de participação (na acção de informar[-se]) do cidadão, ao poder não só conhecer as opiniões dos autores da página, mas aceder directamente à fonte de informação que este utilizou (contratando as diferentes versões). De este modo, a informação publicada, graças às possibilidades hipertextuais da internet, está contextualizada com a apresentação franca das fontes ao leitor, coisa que nem sempre sucede no jornalismo digital convencional.

O contraponto, no entanto, está na credibilidade, pois um *warblog* que não esteja apoiado por um meio de comunicação “profissional” ou “reconhecido” geraria dúvidas em alguns, podendo ser uma farsa. Os *blogs* são um meio “democrático” para difundir ideias, no sentido de que qualquer pessoa com acesso a um computador com internet e uns conhecimentos básicos pode criar um, mas, em contrapartida, carecem da legitimidade dos periódicos *on-line*, precisamente por constituir um fluxo de comunicação hori-

zontal (Recuero, 2003). A melhor forma de examinar esta questão é através de alguns exemplos.

Tanto no início da Guerra do Iraque, como durante os meses em que a actividade militar alcançou o seu pico e na actualidade (a que alguns se referem como pós-guerra), os *warblogs* estiveram e estão presentes. Existem das mais variadas ideologias, intenções e formatos, desde os realizados por cidadãos iraquianos, até activistas políticos (a favor ou contra a guerra) de todo o mundo, passando por jornalistas e militares.

Entre os do primeiro tipo, um em concreto converteu-se num autêntico fenómeno. Trata-se de um suposto iraquiano de Bagdad que, sob o pseudónimo de “Salam Pax” lançou um *blog* chamado “Where is Raed?”²² no qual, desde Dezembro de 2002, conta o dia-a-dia da sua vida na cidade.

Outro *warblog* curioso é o que supostamente escreve um soldado americano destacado no Iraque que se identifica como Will. No *blog*, titulado “A minute Longer – A soldier’s tale”²³, o autor relata as suas experiências bélicas sem entrar, isto sim, em detalhes como a sua localização ou outros dados deste tipo.

Partidários e detratores da acção armada da Coligação também utilizaram este sistema para difundir as suas opiniões. Sirva como exemplo Peaceblogs.org²⁴ que surgiram em resposta aos *bloggers* partidários do governo americano, Blogsofwar.com²⁵.

No entanto, não são só os “jornalistas aficionados” os autores destas páginas. Em muitas ocasiões, jornalistas profissionais utilizam este sistema para difundir informação. É o caso de Christopher Albritton, com o seu “Back to Irak 2.0”²⁶, lançado num primeiro momento para arrecadar as contribuições suficientes para ir ao Iraque como *freelancer* independente, sem o apoio de nenhum jornal. O conteúdo é puramente pessoal, transmitindo as suas impressões da viagem e da estada no Iraque e nos países vizinhos. No obstante, os meios de comunicação convencionais souberam, em muitos casos, estar à altura do fenómeno, montando *blogs* para os seus próprios correspondentes. Estas páginas funcionam como um diário do dia a dia dos jornalistas no Iraque, cujos relatos imprimem uma forte marca pessoal, (ainda que não tanto como nos *blogs* mencionados anteriormente). Servem como exemplos o *warblog* colectivo

22 “Where is Raed?” está disponível em: <http://dear_raed.blogspot.com/>.

23 “A minute longer – A soldier’s tale” está disponível em: <<http://www.rooba.net/will/>>.

24 Disponível em: <www.peaceblogs.org/list.php>.

25 Disponível em: <<http://www.blogsofwar.com/>>.

26 “Back to Irak 2.0” está disponível em: <<http://www.back-to-iraq.com/>>.

dos correspondentes da BBC no Iraque, “Reporter’s Log”²⁷, ou o dos jornalistas do “Seattle Post Intelligencer” cobrindo a guerra²⁸.

Os *warblogs* tiveram um papel importante na informação de guerra no conflito do Iraque, e tudo parece indicar que no futuro continuarão a desenvolver-se. Como comenta Raquel da Cunha Recuero (2003):

“Actuando como filtros e como motores do debate na sociedade, os *warblogs* parecem conter uma importante mudança, principalmente para o jornalismo, através das características da personalização, da opinião, da contextualização através da pluralidade de informações e de fontes e do debate sobre essas informações. Ao mesmo tempo, vários veículos de mídia tradicionais acabam por perceber essa mudança de paradigmas, investindo em *blogs* para os seus jornalistas cobrirem a guerra.”

6. Internet na Guerra Irregular: Terroristas, guerrilheiros ou insurgentes

Não somente as forças armadas convencionais, como se viu anteriormente, utilizam a rede para difundir as suas actividades, ideias ou objectivos. Outros grupos armados, há algum tempo, recorrem também a estes sistemas para fazer manifestos públicos, comunicados ou, como se vê hoje em dia no Iraque, vídeos e fotografias de sequestros, execuções e diversas acções armadas. Para grupos deste tipo, a internet converteu-se na única via de aceder a uma parte dos media internacionais ávido por informações. Antes de abordar esta questão, no entanto, parece necessário realizar algumas esclarecimentos sobre os grupos que estão por detrás, na maioria das ocasiões rotulados como “terroristas”.

Terrorismo é um termo que, ao que se percebe, torna-se extremamente difícil de se definir, sobretudo a “elasticidade” que se vem dando a esta palavra desde a década de oitenta: terrorismo económico, terrorismo sexual, terrorismo telefónico..., inclusive chegou-se a denominar terrorismo à presença nas ruas, há poucos anos, de determinadas raças de cães consideradas perigosas. Os responsáveis desta confusão são, em parte, os meios, que às vezes, por sensacionalismo, outras vezes por desconhecimento e outras por interesse, aplicam ou não este termo, dependendo da ocasião.

27 BBB “Reporter’s Log” está disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/in_depth/world/2003/reporters_log/default.stm>.

28 Disponível em: <<http://seattlepi.nwsourc.com/iraq2003/weblogs/>>.

A palavra “terrorismo” não pode ser utilizada como um termo técnico e neutro para definir uma categoria específica de violência. Trata-se de uma expressão com uma enorme carga emotiva condenatória que politicamente implica a ausência de qualquer legitimidade na violência em questão²⁹.

De acordo com o *Oxford English Dictionary*, “terrorista” e “terrorismo” foram utilizadas pela primeira vez em 1795, para caracterizar o reinado de terror da França pós-revolucionária. Também se utilizou durante os distúrbios rurais na Irlanda durante o século XIX e no assassinato do Czar Alexandre II em 1881.

De qualquer forma, como Caleb Carr (2002), se se entender terrorismo como a violência que grupos armados exercem indiscriminadamente contra civis (definição precária, crê-se), este remontaria ao princípio dos tempos, desenvolvendo-se sem pausa desde o Império Romano até os dias actuais.

Uma definição bastante completa, mas que, no entanto, pode tornar-se um tanto imprecisa, devido ao uso do termo “violência” - que tampouco é isento de controvérsias³⁰ é a de Schmid:

“Terrorism is an anxiety-inspiring method of repeated violent action, employed by (semi-) clandestine individual, group, or state actors, for idiosyncratic, criminal, or political reasons, whereby - in contrast to assassination - the direct targets of violence are not the main targets. The immediate human victims of violence are generally chosen randomly (targets of opportunity) or selectively (representative or symbolic targets) from a target population, and serve as message generators. Threat and violence-based communications processes between terrorist (organization), (imperilled) victims, and main targets are used to manipulate the main target (audience(s)), turning it into a target of terror, a target of demands, or a target of attention, depending on whether intimidation, coercion, or propaganda is primarily sought³¹.”

29 Para uma visão crítica e panorâmica desta questão recomenda-se ver: GUELKE, Adrian: *The Age of Terrorism and the International Political System*. London: Tauris Publishers, 1998.

30 Existem formas de violência amplamente aceites, como o tiranicídio ou o poder das forças da ordem pública exercendo violência contra crimes nas democracias liberais. O assassinato de um chefe de estado de um país sob este regime político ou as práticas de forças da ordem em ditaduras, dificilmente teriam esta legitimidade sob consenso.

31 Alex P. Schmid (et Albert J. Jongman): «Political Terrorism: A New Guide to Actors, Authors, Concepts, Data Bases, Theories and Literature». Amsterdam: North-Holland Publishing Company, 1998, p. 28. Citado por Adrian Guelke (1998).

Nesta definição, pode-se discernir a importância do aspecto comunicativo das ações deste tipo, já que, em muitas ocasiões o objectivo mesmo é o de alcançar a opinião pública (local ou mundial). Neste sentido, as novas tecnologias, e em particular a internet, oferecem aos grupos armados vias alternativas (ou melhor, complementares) para difundir as suas mensagens.

Um dos primeiros grupos a fazer uso destas facilidades foram os guerrilheiros ou terroristas (dependendo do ponto de vista) peruanos do Movimento *Sendero Luminoso*.

Nos anos anteriores a 1996, “pocas cosas han sido mais difíciles [...] que hacerse con documentos oficiales deste grupo” afirma Sahagún (1998, 336), mas desde Abril desse ano, qualquer utilizador poderia aceder a uma grande quantidade de documentos e informações, em espanhol e em inglês, a partir de uma página americana chamada “New Flag”. O Movimento Zapatista no México também se adaptou rapidamente, seguindo-se um variadíssimo espectro de organizações armadas de todo o tipo.

Ainda que não seja um fenómeno novo, acentuou-se muito o uso que os grupos de resistência (ou de insurgência, ou como se queira denominar) do Iraque fazem da rede, pois cada dia se faz referência às suas páginas nos meios de comunicação de todo o mundo. O “*Al-Tawhid wa Jihad*” (liderado por Abu Musab Al-Zarqawi), os “Bandeiras Negras”, “Resposta Islâmica” ou o “Exército de *Ansar al-Sunnah*”, entre outros, fizeram uso da internet durante o último ano para difundir as suas mensagens, comunicados e, mais importante ainda, vídeos e fotografias de seus atentados, sequestros e execuções.

Ainda assim, as suas páginas não são fáceis de encontrar (ao contrário dos vídeos, disponíveis em muitas páginas de conteúdo “gore”) já que, como é de supor, são perseguidas por governos e indivíduos, mantendo-se pouco tempo no mesmo endereço³².

O conteúdo das gravações variou bastante desde o início da campanha de resistência/insurgência, de modo que o que, no princípio, constituía demonstrações de força e intenções, tornou-se algo mais macabro, como as decapitações, fuzilamentos e degolações.

Da mesma forma, os suportes mudaram: no princípio, o mais frequente era o envio de fitas a meios de comunicação (*Al-Jazeera* ou outros canais árabes na sua maior parte),

32 “Al-Tawhid wa Jihad”, por exemplo, utilizou até meados do ano <www.anbaar.net>, actualmente *off-line*, e no momento em que se redigiu este artigo (Setembro/Outubro de 2004) estava a utilizar uma página saudita <www.tajdeed.net> para difundir os seus documentos. O “Exército de Ansar al-Sunnah” recorreu a várias direções: <http://ansar-alsunnah.i8.com/>; <http://alsar-alsunnah.8m.com/>; <http://ansar-alsunnah.8k.com/> que foram desarticuladas. “Ajnad al-Islam” esteve temporariamente em: <http://www.ajnad.50megs.com> e actualmente em <http://www.al-muslman.com> e é utilizada em numerosas ocasiões como “caixa de correio”.

actualmente evoluiu-se para os meios próprios, isto é, as páginas *web*, em que podem colocar qualquer material, em qualquer suporte, sem restrição alguma e de forma imediata.

Isto deve-se, em parte, ao facto de que as televisões não emitem os seus vídeos ou comunicados integralmente, nem expõem em “seus termos” os motivos e exigências.

Outro recorte por parte dos meios, sobre o qual não há tanto consenso, é o de omitir os endereços das páginas *web* onde aparecem os comunicados (inclusive nos meios digitais) com a justificação de “não seguir o jogo dos terroristas” difundindo as suas mensagens. Esta conduta é censurável em parte, pois está a tentar-se monopolizar uma informação a que os cidadãos deveriam poder aceder para comparar as notícias.

Na última semana de Setembro, e somente depois de muitos cibernautas encontrarem os vídeos originais, surgiu a polémica de que alguns dos vídeos eram montagens, observação que os meios de comunicação não fizeram na altura.

Para finalizar este item, parece oportuno comentar alguns destes vídeos com mais detalhe. Para isso, seleccionou-se uma das primeiras gravações que o “Exército de *Ansar al-Sunnah*”³³ difundiu em Fevereiro de 2004, que tem a particularidade de conter a reivindicação das mortes de sete agentes secretos espanhóis no Iraque. No documento pode-se escutar em voz-off, o Emir Abdullah al-Hassan Ibn Mahmoud, líder do grupo, e várias gravações de membros da organização³⁴ falecidos em ocasiões que remontam a Maio de 2003, chegando até a uma operação contra agentes britânicos e canadianos de princípios de Janeiro de 2004. Continuavam mostrando vários excertos onde aparecem documentos diversos pertencentes ao grupo dos sete agentes secretos espanhóis, atacados em Bagdad Oeste no dia 11 de Novembro de 2003.

Os últimos documentos pertencem, no entanto, ao ataque de Janeiro antes mencionado. Finalmente, aparece uma série de explosões numa estrada cujos objectivos são uma escolta militar (o primeiro) e um camião passando uma ponte.

A qualidade destas gravações é pobre na maioria das ocasiões, pois, além de ser feitas pelos próprios grupos armados em condições de clandestinidade, a resolução piora na conversão para formatos apropriados para a rede. Ainda assim, constituem documentos extraordinários ao alcance, apesar da censura, de qualquer cidadão utilizador da internet.

33 O nome que o grupo costuma utilizar poderia ser traduzido como “Estandartes da Verdade dos Mujahidines Ansar al-Sunnah no Iraque” (الجيش أنصار السنة).
(الجيش أنصار السنة)

34 Os cinco membros são Berway al-Kurdi, Abu Abdullah al-Dosari, Abu Saleh, Abu Thabet al-Muhajir e Abu Hafis al-Najdi, todos eles pertencentes à Unidade Bahs de Ansar al-Sunnah.

Lamentavelmente, em parte devido à barreira linguística, os meios de comunicação não realizam grandes esforços na interpretação independente destas fontes informativas, valendo-se dos dados proporcionados pelas agências.

7. Conclusões

A Internet oferece um novo espectro de possibilidades na hora de cobrir um conflito armado.

Para os jornalistas, converte-se numa valiosa fonte de informação, permitindo o acesso directo, desde qualquer parte do mundo, aos dados proporcionados pelas partes implicadas. Comunicados, vídeos e fotografias são colocadas na internet pelos responsáveis militares ao mesmo a imprensa, sendo, em ocasiões, a tela de fundo a única diferença.

Para o cidadão, a rede também oferece possibilidades até há pouco tempo impensáveis. Além de ter acesso aos meios de comunicação eletrónicos de todo o mundo, podem aceder à mesma informação que utilizam os jornalistas e a muitas outras páginas que lhes permitem a formação de uma opinião crítica e fundamentada.

Com base nisto, a internet oferece ao utilizador a possibilidade de se converter num sujeito activo no conflito, utilizando páginas web, grupos de notícias, chats, correio eletrónico e, os agora famosos, blogs, para transmitir as suas próprias opiniões e pontos de vista. A rede também se converteu numa ferramenta útil para que as organizações e iniciativas populares transformem informação e reflexão em acção e mobilização, anunciando convocatórias e lançando campanhas.

Os militares, tanto os integrados nos exércitos regulares dos estados, como os que formam parte de movimentos guerrilheiros ou insurgentes - em muitas ocasiões identificados por meios e governos como terroristas, também souberam tirar partido das novas tecnologias da informação: passaram dos comunicados, muitas vezes silenciados, a sites que atraem os olhares do mundo e que, em virtude de (trágicos), acontecimentos chegam a converter-se no próprio sujeito da notícia.

Pela sua parte, os governos e exércitos convencionais não são alheios aos novos usos do seu "invento", percebendo as suas possibilidades para chegar directa ou indirectamente à opinião pública mundial.

Bibliografia

ARKIN, William M.: *National Security Research on the Internet*. Baltimore: Center for Strategic Education, The Johns Hopkins University, 2000.

CARR, Caleb: *The Lessons of Terror. A History of Warfare against civilians: Why it has always failed and why it will fail again*. London: Little, Brown, 2002.

CLAUSEWITZ (von), Karl: *On War*. Hertfordshire: Wordsworth Editions, 1997.

GÓMEZ GARCÍA, Salvador; MONTERO DÍAZ, Julio: *La Guerra de Irak en el horizonte: cambios en la red para los usuarios de a pie*. In VI Congreso de la Asociación de Historiadores de la Comunicación: Comunicación y Guerra en la Historia - Abstracts. Ponte-Vedra: Faculdade de Ciências Sociais e da Comunicação da Universidade de Vigo, 2003.

GUELKE, Adrian: *The Age of Terrorism and the International Political System*. London: Tauris Publishers, 1998.

HEYDTE (von der), Friedrich August: *Modern Irregular Warfare in Defence Policy and as a military phenomenon*. New York: New Benjamin Franklin House, 1986.

MACHADO, Irene; PEREIRA (Feitoza), Mirna: *Design da Comunicação no Jornalismo de Guerra* [Em linha]. XXVI INTERCOM, Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2003 [Consulta: 15 de Setembro de 2003]. Disponível em: <http://intercom.locaweb.com.br/papers/congresso2003/pdf/2003_NP15_machado.pdf>.

MONTANARI, Federico: *Guerra y Comunicación*. In Revista de Occidente (Madrid), 232 (2000), p. 46-59.

OFFLEY, Edward: *Pen & Sword: A Journalist's Guide to Covering the Military*. Illinois: Marion Street Press, 2001, 195.

PAREKH, B.: *Contemporary Political Thinkers*. Oxford: Martins Robertson, 1982.

RECUERO, Raquel da Cunha: *Warblogs: Os Blogs, a Guerra no Iraque e o Jornalismo on-line* [Em linha]. XXVI INTERCOM, Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2003 [Consulta: 15 de Setembro de 2003]. Disponível em: <<http://www.pontomidia.com.br/raquel/warblogs.pdf>>.

SAHAGÚN, Felipe: *De Gutenberg a Internet: La Sociedad Internacional de la Información*. Madrid: Estudios Internacionales de la Universidad Complutense de Madrid, 1998.

SILVA (Castro), Rogério: *Estratégia*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1972.

TOLEDANO MANCHEGO, Juan Andrés: *Michael Ignatieff. La creación de un nuevo universo moral através de los medios de comunicación social*. In Cuadernos de Estrategia: Seguridad y defensa en los medios de comunicación social [Instituto Español de Estudios Estratégicos]. Madrid: Ministerio de Defensa, Secretaria General Técnica, 2003.

VAZ (Mira), Nuno: *Reflexões sobre o Campo de Batalha no Século XXI*. In Revista Nação e Defesa, 107, Primavera 2004, 2ª Série. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, p. 89-113.

VV.AA. (IV Curso de Estado Mayor 2002-2003): *Estudio preliminar de la operación: Libertad para Irak*. Madrid: Ministerio de Defensa, Secretaria General Técnica, 2003.

YOUNG, Peter; JESSER, Peter: *The Media and the Military from the Crimea to Desert Strike*. New York: St. Martin's Press, 1997.